

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2007 (Apensos os Projetos de Lei nº 70, de 2007, nº 332, de 2007, e nº 1.908, de 2007) (Do Sr. Paes Landim)**

Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado e dá outras providências.

### **EMENDA SUPRESSIVA Nº \_\_\_\_\_**

Suprima-se do Projeto de Lei nº 29 de 2007 o artigo 13.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A atividade de programação e empacotamento são atividades comerciais puramente privadas, não depende de concessão pública e nem estão sujeitas à regulação prevista no artigo 21, XI da CF. Trata-se de atividades econômicas de exercício livre, que não pressupõe outorgas e que já se submete a cadastros para o cumprimento de obrigações acessórias, como dita o artigo 220 da CF. Por outro lado, o *Parágrafo único* do art. 13 proposto retoma o tema da restrição ao capital estrangeiro, mais uma vez adotando forma não prevista em nosso regulamento jurídico, conflitando frontalmente com a Constituição Federal. Com a revogação do artigo 171 da CF não pode haver no Brasil distinção de tratamento entre o capital nacional e estrangeiro para os fins do exercício de atividade econômica que cuja regulação não esteja expressamente prevista na Constituição Federal.

Sala das Comissões, em 09 de fevereiro de 2010.

**Paes Landim**  
Deputado Federal - PTB/PI